



Exmo. Senhor Representante da República;

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores;

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta;

Senhor Vigário Geral da Diocese de Angra, em
representação do Sr. Bispo de Angra;

Senhoras e Senhores Deputados e Membros do Governo;

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República
e ao Parlamento Europeu;

Representantes dos Partidos Políticos;

Autoridades Autárquicas, Cíveis e Militares;

Exmos. Convidados;

Ilustres Homenageados;

Açorianas e Açorianos:

Hoje é o nosso Dia!



É o Dia de cada açoriano, viva ele no Brasil ou nas Bermudas, nos Estados Unidos ou no Canadá, na Europa ou no Uruguai, no Corvo ou em Santa Maria.

É também o dia daqueles que são açorianos de coração e que escolheram estas ilhas para viver.

Hoje é o Dia em que somos um, independentemente do nosso rumo, porque mais forte do que o rumo é a nossa raiz, a raiz que nos deu o poder da escolha e nos trouxe até este momento.

Hoje é o Dia em que festejamos o Espírito Santo e celebramos a Autonomia e em que cada um de nós assume uma posição igualitária perante o Divino Espírito Santo. Hoje é o Dia em que o nosso património identitário se fortalece e em que todas as águas do nosso mar confluem para a nossa índole de ilhéus, ruralizados ou urbanizados, continentalizados ou não, universalizados ou não.



Hoje é o Dia em que o nosso pão é o Espírito de partilha e em que a nossa mesa é a comunhão com os nossos irmãos, no sentido mais antropológico de irmandade religiosa e cultural.

Hoje é o Dia do nosso ritual e do nosso reconhecimento, o Dia da nossa união e da nossa diversidade, o Dia do que fomos, do que somos e do que queremos ser, do que construimos, desconstruimos e reconstruimos, e do que salvaguardamos como sagrado no mais profundo de nós.



As celebrações são ritos culturais imprescindíveis à sociedade. A sua componente ancestral transmite-nos uma herança identitária que nos reconcilia com as raízes culturais da nossa essência e abre espaço à coletividade antropológica da nossa vida cultural.

Antes de chegar à celebração formal ou institucionalizada houve um acontecimento anterior a todo um ritual estabelecido, um acontecimento individual que se tornou coletivo ou nasceu coletivo e assim prosseguiu, atraindo e fecundando o solo onde depois cresceu a festa.

A festa é, pois, anterior à celebração. Como escreveu Hélder Fonseca Mendes, - nosso Vigário Geral aqui presente - a atitude festiva *“vive-se e expressa-se nela (...) mas não se esgota ou reduz nela”*.



É exatamente esta dimensão que nos é dada pelas Festas do Divino Espírito Santo. Um tempo, um espaço comunitário, uma atitude, um estado reservado à manifestação dos sentimentos primordiais, uma densidade integradora do sagrado e do humano, de liberdade e de libertação.

Uma festa de gratidão pelas dádivas da terra e dos animais e uma festa de partilha para a sobrevivência do grupo, para a segurança da coletividade, para a permanência comunitária, para a plenitude da abundância.

Depois veio a celebração e com ela o prolongamento identitário, o efeito mergulhado na causa, a circunferência do tempo que se reinicia com novas demandas suportadas por antigas praxes.



O homem carrega com a sua história, um sentido de pertença a um tempo e a um lugar. Honrar a sua cultura, os antepassados, a família e ser leal às raízes dá-lhe o sentido ético-moral da vida.

Dignificar as origens é projetar a sua identidade, perpetuar a permanência, conquistar o apreço social consolidado em laços que escrevem a sua própria história.

Impôs-se, pois, desde logo, consubstanciar a nova vida dos povoadores - então futuro -, sem contudo ameaçar a identidade do passado, conjugando o sentido futurante e o sentido passadista.

Os festejos em honra do Divino vinham, ao que consta na historiografia comumente aceite, de uma promessa de D. Isabel de Aragão, em 1320 e eram realizados na época das



primeiras colheitas do calendário agrícola do nosso hemisfério. A esperança de abundância, a celebração da fertilidade da terra e a igualdade humana na repartição dos bens comandavam os cerimoniais que chegaram aos Açores tão cedo quanto os seus povoadores.

O mundo vivia o século XV e as concepções física e filosófica acerca dele alteravam-se, ganhando o antropocentrismo um espaço dogmático a par da hegemonia do discurso científico.

Mas nos Açores, o povo vivenciava agruras de vulcões e fome. A ciência estava longe, a natureza perto. A segurança quotidiana não assentava na ciência mas passava pela espiritualidade, pela determinação e pelo trabalho árduo.



Os festejos resistiram ao ritmo dos homens porque afinal enraizavam já uma identidade ilhoa e até se firmaram com o advento das novas escolhas que o mundo abria, especialmente nas ciências emergentes no século XIX. O seu carácter popular e etnográfico veio a merecer grande atenção no século XX, chegando à cumplicidade religiosa e à análise científica num universo que começa a transbordar de sinais de gestação de um novo paradigma.

Contradições, ambiguidades, perplexidades, revisitam as ciências, fazem convergir senso comum, ética e respeito pela diversidade.

Nesta nova ordem, o Espírito Santo, que nunca deixou de estar presente nas nove ilhas dos Açores e nas décimas que se foram entretanto erigindo nas Américas do Sul e do Norte, reúne em comunhão e em torno do seu culto, todos irmãmente, sejam eles abastados ou pobres, resignados ou inconformados.



Porque é o Espírito o traço comum de sujeito e objeto, por onde se estabelece todo o diálogo; é o Espírito a fonte indefinível de onde a vida pode fluir sob quaisquer formas. - como tão sabiamente expressou Agostinho da Silva.

E efetivamente fluíu com um vigor admirável e fluíu para os quatro cantos do mundo que os açorianos desbravaram, para todas as regiões conhecidas e inimagináveis onde fundaram raízes.

E fluíu com tal energia expansiva que se tornou a matriz identitária mais relevante de todos os açorianos, vivam eles em Fall River ou em Florianópolis, em Colorado Springs ou em S. Paulo, em Toronto ou em Hamilton, em Sidney ou nos Açores.



Já Anthony Giddens afirmava que assistimos, a nível mundial, *“ao reforço de uma pressão que vai no sentido da autonomia local e da identidade cultural regional.”* A nossa identidade regional e a nossa autonomia local são, assim, paradigmáticas não apenas no nosso microcosmos nacional mas em oferta ao macrocosmos académico internacional.

Se é certo que as noções de cultura e de identidade cultural têm destinos associados, não se podem confundir, porquanto a cultura pode existir sem consciência identitária, enquanto a identidade cultural remete para uma norma de pertença.

Mas nós vivenciámos a nossa cultura com uma consciência identitária, insularizada embora pelo isolamento e pelas calamidades naturais, mas plena de sentido nos valores sedimentados pela terra vulcânica e liquidificados pelo mar, os pais moldadores da nossa *“dupla natureza”*, como se lhe referiu Vitorino Nemésio.



Nesta “opressão” insular, que é a do lugar mais a da sociedade, a do interior mais a da exterioridade, conforme expressou António Barreto, chegámos ao século XX e nele conquistámos o direito à Região. Um conceito que reúne nove diferenças ligadas por muito mar, multiplicadas internamente por culturas localizadas enriquecedoras da essência, mas fragmentada em diversidades, ou apenas alimentadas pela diversidade.

A sua dimensão social e mesmo a noção de dimensão espacial sofreram mutações decorrentes do 25 de abril, altura em que se reconheceram constitucionalmente as aspirações autonómicas das populações insulares. Desta mudança resultou o casamento do conceito da Região Autónoma dos Açores com a celebração do Espírito Santo. Um casamento cultural e eterno – tão eterno quanto rezar a história. Fundiram-se neste Dia que é tempo e templo, um dia iconográfico, simbólico, místico e identificador.



Libertador também, como a Autonomia que, após o primeiro movimento de 1890 e a sua decadência vertida num processo administrativo pálido e frouxo, rasgou horizontes no perfume dos Cravos.

É de justo reconhecimento, no entanto, no Dia de hoje, prestar homenagem à grandeza e à profundidade dos ideólogos e protagonistas do movimento autonomista do século XIX, apesar dos resultados não terem alcançado o sucesso que a argumentação da campanha autonómica podia fazer prever.

Foi essa Autonomia que nos permitiu a celebração do que já era nosso, que nos permitiu a união do Espírito com a Política, ou seja, a união do mais profundo do sentimento humano com o mais generoso da nossa ação: o serviço ao Outro.



Foi esta Autonomia que nos desobstruiu as represas do ser individual e coletivo, que unificou nove ilhas numa Região, que enriqueceu o nosso imaginário, que nos proporcionou uma renovada visão de nós próprios, uma redescoberta da nossa identidade, um caminho diferente de afirmação social, uma nova esperança de futuro.

Foi esta Autonomia que, contra todos os ventos e tempestades que temos atravessado, nos deu alento para acreditar que o trabalho assente no diálogo e na firmeza do nosso rumo deu frutos, como escreveu Natália Correia, “*no esplendor de um cântico novo*”. Foi esta Autonomia que deu aos Açores a “*certeza de traçar a glória de um povo.*”

Foi esta Autonomia que iluminou a nossa confiança e nos determinou a celebrar o nosso Dia com toda a carga afetiva, cultural, política, religiosa, etnográfica, social, que ele encerra.



Foi esta Autonomia que nos garantiu o direito de desenhar o nosso presente. Com dificuldades, com influências perniciosas de uma situação nacional e internacional adversa, com uma interdependência global, com graves problemas económicos situados ao nível principalmente do desemprego e das famílias carenciadas. Mas com o direito de lutar ao lado dos nossos jovens, de proteger as nossas crianças, de confortar os nossos idosos, de reativar as nossas empresas, de estar com todos e de procurar, incansavelmente, diariamente, incessantemente, soluções para construir uma vida melhor com todos os açorianos.

É esta Autonomia que nos permitirá percorrer o nosso futuro, desenvolvendo as nossas capacidades produtivas e reconvertendo os nossos postos de trabalho, que nos impele a revalorizar os nossos recursos e a adequar a nossa legislação às necessidades do povo que, humilde mas também orgulhosamente, servimos.



É este o nosso desafio maior!

E que hoje reitero perante vós, nesta que é a Casa Maior da Autonomia, que com muita honra acolhe o nosso Dia Maior.

O nosso exemplo, o respeito pelos que livremente nos elegeram, a nossa capacidade de servir a causa pública é o desafio que se impõe perante os novos paradigmas que se nos apresentam.

Na política como nas ciências sociais o “nós” e o “eles” deixou de fazer sentido. Impõe-se uma nova cultura convergente, o redirecionamento da nova gnose pelo homem e para o homem: a política que existe em cada um de nós, parafraseando Boaventura de Sousa Santos, ao serviço da humanidade e da natureza, porque uma é a outra.



Neste dia, pois, em que enaltecemos a singularidade da cultura e do povo açoriano, importa reforçar o apelo à defesa plural e intransigente do nosso regime autonómico, reconhecido – e bem – pela democracia e, bem alto afirmar, a nossa firme convicção das vantagens de um regime capaz de, simultaneamente, fortalecer a identidade de um povo, promover o seu desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida, sem deixar de ser um firme contributo para a unidade nacional e solidariedade entre portugueses.

Os objetivos fundamentais da autonomia são hoje tão atuais, pertinentes e legítimos como no passado, e sob pretexto algum, devemos abdicar deles, da participação livre e democrática dos cidadãos, do fomento e fortalecimento dos laços económicos, sociais e culturais com as comunidades açorianas residentes fora da Região, passando pela diferenciação do sistema fiscal nacional à Região, segundo os princípios da solidariedade, equidade e flexibilidade.



A autonomia é também, e deverá continuar a ser, um instrumento fundamental para combater a crise financeira e mitigar a austeridade a ela associada. Nestes tempos de tormenta e, portanto, de grandes desafios, importa a todos - pares desta Casa Maior da Representividade e Autonomia dos açorianos, Governo e sociedade em geral - encontrar novos caminhos: motivando a participação cívica e aproximando a classe política dos cidadãos.

Os tempos que vivemos mostram-se exigentes e deverão servir para acionar o que de melhor há em cada um de nós. Da classe política, a sociedade espera empenho, rigor e capacidade de superação. Importa pois que, não defraudando as expetativas desta sociedade, sejamos capazes de ultrapassar compreensíveis e enriquecedoras divergências ideológicas, estabelecer consensos e encontrar soluções que permitam desenvolver nos Açores a qualidade de vida de quem habita nestas ilhas no Atlântico plantadas, assente numa efetiva coesão territorial, económica e social.



Estou certa e será consensual, de que este processo passa pelo apoio às famílias, pelo auxílio às empresas, pela capacidade de antecipar e impulsionar novos caminhos para a descentralização como instrumento da Autonomia.

É tempo pois de unir, o que o mar efetivamente não separa, mas une, e fazer das diferenças e singularidades de cada uma das nossas ilhas veículo privilegiado para um desenvolvimento coeso, que será a soma das partes e só assim contribuirá decisivamente para o progresso da nossa Região.

Coloquemos, pois, a Autonomia ao serviço da cidadania e a descentralização ao serviço dos valores já enunciados da Autonomia. Não apenas nos Açores, mas na União Europeia, numa construção com todos e para todos, respeitando as idiossincrasias e derrubando as barreiras efetivas.



Este deve ser mote de reflexão profunda e alargada, dada a sua atualidade premente nas finanças e na cultura entendida como *modus faciendi* de um poder.

Exige este momento, uma tomada de consciência coletiva e individual e um estado de atenção constante às clivagens que se ampliam entre governantes e governados, entre sul e norte, entre Estados ricos e Estados pobres.

Sejamos, nós açorianos, um contributo sólido para o cimento de um país democrático e o pilar da ponte que une as nossas nove ilhas e que ilumina o horizonte das nossas inquietações.



Cientes da exigência da nossa missão, mas confiantes na robustez do nosso sistema autonómico e na coragem do nosso povo, sejamos também capazes de superar a opacidade do mundo que nos rodeia e de honrar o nosso património de forma vigorosa e inspirada, fazendo do obstáculo de hoje a vitória de amanhã.

Que os homenageados de hoje sejam também para nós um exemplo: individualidades e instituições que pelo seu percurso político, cultural, desportivo, empreendedor que pela sua atuação cívica em prol dos Açores, são hoje por todos os açorianos reconhecidos.

E que os nossos jovens se revejam nestes exemplos numa aprendizagem contínua pelos direitos e deveres da democracia, sabendo respeitar o passado e consolidar no presente as ferramentas necessárias para serem a nossa esperança e o nosso futuro.



Ser açoriano é crescer nesta dupla natureza, entregues ao nosso destino, refugiados na nossa fé, sonhadores na nossa ambição, fieis às nossas heranças, construtores de um quotidiano por vezes tão escarpado como as rochas e outras tão embalador quanto as águas marinhas.

Ser açoriano é, neste Dia, ser Espírito e ser Autonomia.